



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
07 DE JULHO DE 2015

N.º 14/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----


ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 2015.....	4
2 – Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Tarefa” – Emissão de Parecer Prévio – Ratificação de Despacho.....	5
3 – Vigilância Motorizada.....	9
4 – Rampa de Santa Marta – Bombeiros Voluntários do Concelho – Atribuição de Subsidio.	10
5 – Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente dos Tanques Públicos – Fontes – Aquisição de Imóvel.....	11
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
6 – Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Tarefa” – Emissão de Parecer Prévio.....	13
7 – Prestação de Serviços – Monitorização do Campo de Férias Ativas – Emissão de Parecer Prévio- Ratificação de Despacho.....	16
8 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	18
9 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	19
Tesouraria	
10 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 02 de julho de 2015.....	19
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
11 – Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes.....	20
12 – Escola Básica de Santa Marta de Penaguião - Prorrogação do Prazo da Empreitada – Ratificação de Despacho.....	21

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

13 – Fábrica da Igreja de Louredo – Capela de Nossa Senhora de Fátima, Lugar de Fiolhais – Pedido de Comparticipação Financeira.....	22
14 – II Caminhada Noturna do Douro ao Marão.....	23



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia
26 de junho de 2015**

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de junho de 2015: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

----- **Ponto 1.1** – Ata da sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015. -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **Ponto 2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Tomado Conhecimento. -----

----- **Ponto 2.2** - Retificar o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal (n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.3** - Deliberar sobre os documentos de Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2014 (n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.4** – Deliberar sobre a abertura de Procedimentos Concursais de Recrutamento de Trabalhadores na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Determinado (Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial), (n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e n.º 5 do artigo 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho). --

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.5** – Deliberar sobre a Renovação da Autorização para o Recrutamento Excecional relativo ao Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, para Preenchimento de um Posto de Trabalho na Categoria/Carreira de Técnico Superior (Lic. Desporto/Educação Física (n.ºs 2 e 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----



----- **Ponto 2.6** – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Sever, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.7** – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia da Cumieira, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Tarefa” – Emissão de Parecer Prévio – Ratificação de Despacho

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 artigo 10.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os órgão e serviços da administração pública podem celebrar contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contratos de tarefa e avença, desde que, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços e c) seja comprovada pelo prestador de serviço a regularidade da sua situação fiscal perante a segurança social. -----

----- No entanto, e sem prejuízo dos requisitos referidos, a celebração desses contratos depende, ainda, de prévio parecer da Câmara Municipal relativamente à verificação da alínea a) acima referida, conforme o disposto no n.º 2 do citado artigo 32.º conjugado com o n.º 1.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.ºs 3-



B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, cujos termos e tramitação são regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio. -----

----- Neste mesmo sentido, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015 (LEO2015), no n.º 12 do seu artigo 75.º, estabelece para as autarquias locais, que a celebração ou renovação de contratos de aquisições de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b), do mesmo número, com as devidas adaptações, do referido artigo 75.º, cujos termos e trâmites são os definidos na mencionada Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; e -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73.º da referida LOE2014, conjugado com o artigo 2.º da LTFP, isto é, a redução remuneratória percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objecto e a mesma contraparte, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro. -----

----- Por sua vez, o artigo 265.º da LTPF, estabelece que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a **contratação de prestação de serviço** ou recrutar trabalhador, por tempo indeterminado ao a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso da autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----



----- Por outro lado, de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua actual redacção, -----

----- Esta matéria foi objecto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- No mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando ser intenção celebrar um contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de tarefa, cuja duração se prevê ser de três meses para elaboração dos trabalhos de levantamento topográficos, designadamente dos loteamentos do Bairro da Livração e do Bairro Padre Mendes, do Espaço de Lazer de S. João de Lobrigos, do terreno do domínio público municipal adjacente à variante de São Miguel e levantamentos no Lugar de Santa Comba e na freguesia de Fontes. -----

----- Considerando no que se refere à impossibilidade do recurso a pessoal colocado em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação, não existe nesta Autarquia pessoal nessa situação; -----

----- Considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objecto do contrato; -----



----- Considerando que o contrato a celebrar tem como objecto a execução de trabalhos específicos, de natureza excepcional, não podendo exceder o termo do prazo inicialmente estabelecido (alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º da LTFP), em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, sem imposição de horário, com autonomia e sem obediência a ordens directas relativamente ao modo da sua execução, considerando-se, portanto, como trabalho não subordinado (alínea a), do n.º 1 do artigo 32.º da LTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

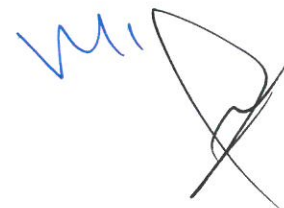
----- Considerando que o preço estimado do contrato é de 1.500,00 € e que com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços referido, irá ser adoptado o procedimento de ajuste directo com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

----- Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE2015, verifica-se que não há lugar à redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, em virtude do Município não ter celebrado com a mesma contraparte, contrato de idêntico objecto. -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença, que possibilita a celebração do contrato em apreço. -----

----- Considerando que com fundamento nos princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir a actividade municipal e, ainda, que acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em circunstâncias excepcionais, por motivo de urgência no início dos trabalhos objecto do contrato, o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer actos da competência desta, determino: -----

- a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de tarefa, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Emitir, por força da conjugação do disposto no n.º 5 e no n.º 12 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro com a redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços na



modalidade de contrato de tarefa, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e no n.º 3 da Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio. -----

- c) Que o presente despacho seja sujeito a ratificação na primeira reunião da Câmara Municipal, a realizar após esta data, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Vigilância Motorizadas

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Consciente da importância que a vigilância, informação e a sensibilização das populações poderá ser um grande contributo para a prevenção e minimização de situações de risco, nomeadamente, a sensibilização das populações com medidas preventivas para a defesa da floresta contra incêndios no período considerado crítico é, de extrema importância, que se possa utilizar os meios disponíveis, e coloca-los em prática no mês de agosto, tendo por base, a maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais na parte norte do concelho, onde se encontra cerca de 80% da mancha florestal. -----

----- Assim: -----

----- Considerando que a informação e sensibilização das populações aleada à vigilância é fator importante na prevenção e deteção dos incêndios florestais; -----

----- Considerando que no Plano Operacional Municipal (POM) está referenciado a vigilância móvel com recurso a Moto 4 nas freguesias consideradas como prioritárias; -----

----- Considerando que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes possui 2 Motos 4 devidamente equipadas para o efeito; -----

----- Considerando que o Corpo de Bombeiros de Fontes tem feito nos últimos anos a vigilância móvel. -----



----- Propõe-se ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Fontes, para que, a informação, sensibilização e vigilância referenciada no POM possa ser realizada durante o mês de agosto." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), de acordo com a proposta, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----

Rampa de Santa Marta – Bombeiros Voluntários do Concelho – Atribuição de Subsídio

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Realizou-se nos dias 20 e 21 de junho a Rampa de Santa Marta, reconhecida por todos: organização, pilotos e público em geral, como uma prova automóvel de qualidade, de sucesso, e de excelente promoção do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Para que a Rampa de Santa Marta corresse como o previsto e desejado por todos, no que concerne à segurança, tiveram os corpos de bombeiros do concelho uma ação concertada e preponderante, desde a preparação à realização da prova. -----

----- Neste sentido, quero manifestar o reconhecimento pelo prestigiante contributo e colaboração dispensada pelos corpos de bombeiros do concelho e propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio pela disponibilidade e trabalho desenvolvido." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.000,00€ (mil euros), a cada uma das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, de acordo com a proposta, ficando, no entanto, o seu



encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----

----- O Senhor Vereador do PPS/PSD, Aníbal Pinto Prior, ausentou-se no momento da discussão e votação aquando da atribuição do subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião. -----

Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente dos Tanques Públicos

– Fontes – Aquisição de Imóvel

----- 5 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

----- Definida a Estratégia de Desenvolvimento Municipal, que exigiu um esforço redobrado de enfoque e seletividade dos investimentos a executar, encontra-se o projecto “Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente dos Tanques Públicos – Fontes”. -----

----- Considerando que, a curto prazo, o Município de Santa Marta de Penaguião, almeja executar o projecto supra torna-se necessário diligenciar a aquisição dos imóveis necessários à sua execução. -----

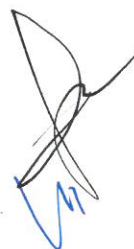
----- II - DAS ATRIBUIÇÕES -----

----- Nos termos do disposto na alínea a), do nº2, do artigo 23º, sob a epígrafe “Atribuições do Município”, do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições para as autarquias locais os municípios dispõem, entre outras, de atribuições na área do Equipamento Urbano e Rural. -----

----- III - ESPECIFICIDADES DO NEGÓCIO -----

----- Procedeu-se às negociações institucionais com os co-proprietários do artigo urbano 178, necessário à execução do projecto infra, que de acordo com a Planta de ordenamento do PDM

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 07 de julho de 2015



de Santa Marta de Penaguião, publicado através do Aviso n.º 779/2011, de 7 de janeiro, encontra-se classificado como Espaços predominantemente habitacionais de Nível II. -----

----- Concluídas as negociações, resultaram as condições plasmadas no quadro abaixo: -----

Artigo	Natureza do Prédio	Área Adquirir (m2)	Valor final do Prédio a adquirir	Descrito na Conservatória do Registo Predial sob.º	Freguesia	Proprietários	Obras Pública
178	Urbano	30m ²	5.000,00€	1067	Fontes	Álvaro Manuel Coutinho de Oliveira; Luís Carlos Coutinho de Oliveira; Susana Alice Coutinho de Oliveira.	Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente dos Tanques Públicos – Fontes

----- IV – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO. -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto na alínea g), do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, tomo a liberdade de propor ao Executivo Camarário, que autorize aquisição do artigo supra identificado – localizado, na freguesia de Fontes. -----

----- Que o título da aquisição - escritura pública - seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito. -----

----- A presente despesa está prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor, no objectivo 2.4.2 e projecto número/ação 33/2014. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à aquisição do imóvel, pelo valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), nos termos da proposta.** -----



DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Tarefa” – Emissão de Parecer Prévio

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando a aposta do Município no trabalho de exterior, nomeadamente na realização de diversas candidaturas ligadas ao vinho, à divulgação do concelho e à promoção turística, pretende-se contratualizar um serviço que funcione dentro das estruturas. É de fácil reconhecimento que não obstante o valor real das terras e das pessoas, é sempre importante e condicionante ter quem conheça o meio e conheça as pessoas e os locais corretos para se atingir determinados objetivos. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----



- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Por sua vez, o artigo 265.º da LTPF, estabelece que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço ou recrutar trabalhador, por tempo indeterminado ao a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso da autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----

----- Por outro lado, de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação, -----

----- Esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----



----- No mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Assim, considerando a necessidade de o Município realizar este serviço cujo prazo de execução se prevê ser de cerca de 6 meses, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços na modalidade de “contrato de tarefa”; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando uma despesa estimada de 1.800,00 € e que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental n.º 02. 01.01.07; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar não será objeto de redução remuneratória; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei



n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços na modalidade de “contrato de tarefa”**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de “contrato de tarefa”, nos termos da informação dos serviços.** -----

Prestação de Serviços – Monitorização do Campo de Férias
Ativas – Emissão de Parecer Prévio – Ratificação de Despacho


----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião vai realizar um campo de férias ativas entre os dias 6 de Julho e 28 Agosto para todas as crianças/adolescentes do Concelho. -----

----- Para uma atividade deste tipo é necessária a contratação de monitores para acompanhar e apoiar as crianças e adolescentes inscritos, assim como dinamizar todo o campo de férias. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem



como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Assim, considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de **monitorização do campo de férias ativas**; ---

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental n.º 2.5.2. 02. 02.02.25, inscrita no n.º 2015/A/17 – Pj/Ac n.º 12/14 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar não será objeto de redução remuneratória, uma vez que a natureza do serviço é diferente relativamente ao anteriormente adjudicado à mesma firma; -----

----- Considerando, finalmente, que o período de inscrição das crianças e adolescentes para o Campo de Férias terminou no dia 23/06/2015, que só após esta data é que se verificou a



dimensão da atividade e que a mesma teve início antes de ser possível solicitar em tempo útil, a emissão de parecer prévio favorável à celebração do contrato em análise, a adjudicação deste serviço foi efetuada nos termos do n.º 3 do artigo n.º 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, ficando este assunto sujeito a ratificação na próxima reunião do Executivo Municipal. -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços de monitorização do campo de férias ativas**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência

----- 8 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.ª os atos celebrados nos meses de **maio de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----



**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 9 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais: -----

----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 29 de maio de 2015. -----

----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 04 de junho de 2015. -----

----- 3 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 08 de junho de 2015. -----

----- 4 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 16 de junho de 2015. -----

----- 5 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 24 de junho de 2015. -----

----- 6 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 26 de junho de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 02 de julho de 2015

----- 10 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 02 de julho de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 07 de julho de 2015

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	02/07/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	4 953 586,16
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	2 552 419,19
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	2 401 166,97
			(*) Compromissos	9 232 079,77
Receitas Orçamentais		5 055 098,17	Operações de tesouraria	290 691,99
Correntes	3 151 698,20		Saldo para o dia seguinte:	709 236,43
Capital	1 903 399,97		Execução orçamental	704 989,81
Operações de tesouraria		268 873,15	Operações de tesouraria	4 246,62
Total		5 953 514,58	Total	5 953 514,58

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 11 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34. do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de junho que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Escola Básica de Santa Marta de Penaguião - Prorrogação
do Prazo da Empreitada – Ratificação de Despacho**

----- 12 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento. -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada “ Escola Básica de Santa Marta de Penaguião”. -----

----- De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 19, de novembro, de 2013, o Município de Santa Marta de Penaguião adjudicou à empresa “Eusébios&Filhos, S.A”, a execução da referida empreitada. -----

----- O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, aos 7 dias do mês de maio, de 2014. Contrato ao qual foi efetuada uma adenda aos 26 dias, do mês de junho, de 2014, resultante da cessão da posição contratual entre a cedente Eusébios&Filhos, S.A. e a cessionária Alberto Couto Alves, S.A. em 18, de junho, de 2014. -----

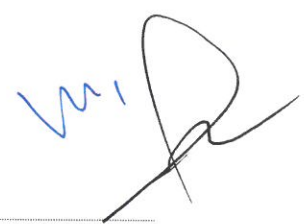
----- O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 2.887.097,94€ (dois milhões oitocentos e oitenta e sete mil, noventa e sete euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: Prazo de execução da obra: 11 meses e meio. -----

----- O auto de consignação é do dia 15, de julho, de 2014. -----

----- O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 21 dias, do mês de julho, de 2014. -----

----- O adjudicatário vem, através de ofício, do dia 16 de junho, do corrente ano, solicitar uma prorrogação graciosa ao prazo de execução da empreitada por 31 dias, alegando que “...devido à realização dos Exames Nacionais, cujo, término ocorrerá somente no mês de Julho, foi necessário manter alguns pavilhões para o efeito nas imediações do recinto da obra o que condicionou muito a plena execução dos trabalhos de arranjos exteriores, mais especificamente, a execução do polivalente e colocação de árvores e arbustos, bem como a sementeira de prado junto ao alçado nascente do edifício...”. -----

----- Vem anexado à referida solicitação, novo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra, plano de equipamentos e respetivo cronograma financeiro. -----



----- II – Fundamentação. -----

----- Na presente data, verifica-se que as obras do edifício se encontram praticamente concluídas, no entanto, existem trabalhos da empreitada que não se encontram terminados. -----

----- Encontram-se nesta situação os arranjos exteriores, mais especificamente, a execução do polivalente e colocação de árvores e arbustos, bem como a sementeira de prado junto ao alçado nascente do edifício. -----

----- Analisados os argumentos apresentados pela entidade executante, constata-se que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra, torna-se impraticável à entidade executante concluir a mesma. -----

----- III – Da Proposta em sentido estrito. -----

----- Por razões de celeridade e urgência e dado que não é possível reunir a Câmara Municipal, em tempo útil, tendo em consideração o disposto no n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, propõe-se que o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o previsto no ponto n.º 2 do artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, conceda uma prorrogação graciosa do prazo de execução, até ao dia 31 de julho, de 2015. -----

----- De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Fábrica da Igreja de Louredo – Capela de Nossa Senhora de Fátima, Lugar de Fiolhais – Pedido de Participação Financeira

----- 13 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Louredo, registado sob o n.º 1475, de 15 de junho do corrente ano, dando conhecimento que a Capela de Nossa Senhora de Fátima,



no lugar de Fiolhais, foi alvo de obras de reparação, tais como, limpeza do granito, pinturas das paredes interiores e exteriores, arranjo do telhado, pintura da porta, uma porta nova e instalação elétrica. -----

----- Dado que o custo da referida intervenção foi de 2.300,00€ (dois mil e trezentos euros), solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar das despesas. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.300,00€ (dois mil e trezentos euros), nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental.** -----

II Caminhada Noturna do Douro ao Marão

----- 14 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Vai mais uma vez, a Câmara Municipal levar a efeito a “II Caminhada Noturna – do Douro ao Marão”, nos próximos dias 11 e 12 de julho, com o objetivo de divulgar as terras de SANTA MARTA e proporcionar aos caminheiros e amantes da natureza, um momento diferente, percorrendo o antigo caminho até à “Romaria mais alta de Portugal”, à Senhora da Serra, no Marão. -----

----- Sendo este um evento que acarreta diversas despesas propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a realização das despesas até ao montante de 5.000,00€. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesas até ao montante de 5.000,00€ (cinco mil euros).** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 14 de 07 de julho de 2015


----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:20 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)